

# SUMÁRIO

---

<b>LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....</b>	<b>35</b>
--	-----------

## **Capítulo I**

<b>FORMAÇÃO DO TÍTULO EXECUTIVO.....</b>	<b>37</b>
--	-----------

*Marilei Fortuna Godoi*

INTRODUÇÃO .....	37
1. TÍTULO EXECUTIVO QUE INSTRUI A EXECUÇÃO FISCAL .....	39
1.1. Dívida ativa tributária .....	41
1.2. Dívida ativa não tributária .....	42
2. O PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO ACERCA DO CRÉDITO TRIBU- TÁRIO E NÃO TRIBUTÁRIO A PARTIR DE SUA CONSTITUIÇÃO ATÉ A INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA .....	54
3. CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA E O AJUIZAMENTO DA EXECUÇÃO FIS- CAL.....	88

## **Capítulo II**

<b>DA COMPETÊNCIA EM EXECUÇÃO FISCAL .....</b>	<b>115</b>
--	------------

*Eduardo Rauber Gonçalves*

INTRODUÇÃO .....	115
1. DA NORMATIVIDADE ESPECÍFICA DA EXECUÇÃO FISCAL .....	116
2. COMPETÊNCIA MATERIAL – ENTE DA FEDERAÇÃO E A QUESTÃO DA COMPETÊNCIA DELEGADA (ART. 109, § 3º, DA CF) – ADVENTO DA LEI Nº 13.043/2014.....	116
3. COMPETÊNCIA TERRITORIAL – DOMICÍLIO DO RÉU, RESIDÊNCIA OU LUGAR ONDE FOR ENCONTRADO O EXECUTADO (ART. 46, § 5º, DO CPC) .....	121
3.1. Apensamento das execuções fiscais (art. 28 da Lei nº 6.830/80) .....	129

4. QUESTÕES ESPECÍFICAS RELATIVAS À COMPETÊNCIA EM EXECUÇÃO FISCAL.....	130
4.1. Execuções de entes estaduais e municipais contra entes federais: competência da Justiça Federal .....	130
4.2. Execuções dos Conselhos Profissionais: competência da Justiça Federal.....	133
4.3. Execuções de multas trabalhistas: competência da Justiça do Trabalho – EC nº 45/2004.....	134
4.4. Execuções de multas eleitorais: competência da Justiça Eleitoral .....	137
4.5. Execuções de FGTS: competência da Justiça Federal.....	137
4.6. Juizados Especiais: incompetência para processar e julgar execuções fiscais .....	140
4.7. Incompetência dos “juízos universais” para processar os executivos fiscais (artigos 5º e 29 da Lei nº 6.830/80 e art. 187 do CTN).....	141
4.8. Concurso de preferência entre credores públicos e deslocamento da competência.....	142
4.9. Ação ordinária ajuizada previamente na justiça federal e competência delegada – Conexão.....	143
4.10. Execução fiscal em face de Estado estrangeiro .....	145

### **Capítulo III**

<b>LEGITIMIDADE NO PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL: .....</b>	<b>147</b>
---	------------

<b>FAZENDA PÚBLICA EXEQUENTE E DEVEDOR OU RESPONSÁVEL EXECUTADO .....</b>	<b>147</b>
---	------------

*João Aurino de Melo Filho e Marcos Paulo Sandri*

INTRODUÇÃO .....	147
1. LEGITIMIDADE ATIVA .....	148
1.1. Execuções fiscais federais: atribuições funcionais da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Procuradoria-Geral da União e Procuradoria-Geral Federal.....	150
1.2. Cobrança executiva de contribuições previdenciárias e imposto de renda retido na fonte decorrentes de decisões da Justiça do Trabalho	154
1.3. Execuções fiscais de multas criminais e por ato de improbidade .....	158
1.4. Execuções de multas impostas pelos Tribunais de Contas: desnecessidade de inscrição em dívida ativa e ajuizamento de execução fiscal ...	160

1.5. Execuções de contribuições cobradas pelos Conselhos Profissionais e o caso específico da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) .....	162
1.6. Execuções para cobrança de créditos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) .....	164
1.7. Execuções de créditos do Simples Nacional .....	167
1.8. Execuções das contribuições especiais dos Serviços Sociais Autônomos .....	167
2. LEGITIMIDADE PASSIVA: DEVEDOR OU RESPONSÁVEL .....	169
2.1. Devedor .....	171
2.2. Responsável .....	171
2.3. Legitimidade decorrente da inclusão do devedor/responsável na Certidão de Dívida Ativa (presunção) e em razão de decisão judicial posterior à inscrição .....	173
2.4. Ausência de lastro jurídico, em razão da declaração de inconstitucionalidade do artigo 13 da Lei nº 8.620/93, das Certidões de Dívida Ativa que impuseram responsabilidade solidária aos sócios pelos débitos junto à Seguridade Social .....	177
2.5. Legitimidade independentemente da existência de personalidade jurídica .....	178
2.6. A responsabilidade do empresário individual (“firma individual”) .....	183
2.7. Responsabilidade do sócio e da pessoa jurídica pelas multas aplicadas a cada um deles em razão da distribuição de lucros e/ou bonificações por pessoas jurídicas devedoras da União .....	185
2.8. Incidência das normas que regulam a responsabilidade tributária nas execuções fiscais de dívidas não tributárias: hermenêutica do artigo 4º, § 2º, da Lei nº 6.830/80 .....	187
3. ILEGITIMIDADE PASSIVA DA FAZENDA PÚBLICA NOS PROCESSOS DE EXECUÇÃO FISCAL .....	189

#### **Capítulo IV**

<b>PRIVILÉGIOS E GARANTIAS DOS CRÉDITOS DOS ENTES PÚBLICOS .....</b>	<b>191</b>
<b>E PRERROGATIVAS DOS SEUS PROCURADORES .....</b>	<b>191</b>

*Luiz Henrique Teixeira da Silva*

INTRODUÇÃO .....	191
1. DOS PRIVILÉGIOS E GARANTIAS DOS CRÉDITOS PÚBLICOS .....	192

1.1. Do privilégio do crédito público frente ao credor de verba honorária advocatícia.....	195
1.2. Da satisfação do crédito público mediante liquidação de bem alienado fiduciariamente – faceta do privilégio .....	197
1.3. Do privilégio do crédito público na falência .....	200
1.4. Dos demais privilégios atribuídos aos créditos públicos.....	206
1.5. Da forma processual para o exercício dos privilégios do crédito público fora da execução fiscal.....	211
1.5.1. Execução fiscal em face de pessoas jurídicas em processo de concordata ou de recuperação judicial .....	211
1.5.2. O privilégio fazendário oposto em processos de terceiros .....	217
2. DAS GARANTIAS DOS CRÉDITOS PÚBLICOS .....	221
2.1. Abrangência .....	222
2.2. Presunção de fraude à execução .....	222
2.3. Garantias nos processos de falência, concordata, inventário e arrolamento .....	224
2.4. Certificação da regularidade fiscal nos processos de falência e recuperação judicial .....	226
3. DAS PRERROGATIVAS PROCESSUAIS DA FAZENDA PÚBLICA NA EXECUÇÃO FISCAL.....	231
3.1. Dos encargos processuais devidos pela Fazenda Pública – custas, emolumentos, demais despesas e honorários de sucumbência .....	231
3.2. Das intimações .....	235
3.3. Da qualificação do devedor contumaz.....	240
3.4. Outras prerrogativas .....	243

## **Capítulo V**

### **DAS INDISPONIBILIDADES E RESTRIÇÕES PATRIMONIAIS PREPARATÓRIAS À PENHORA..... 247**

*Luiz Henrique Teixeira da Silva*

INTRODUÇÃO .....	247
1. DO ARROLAMENTO FISCAL .....	247
2. DA AÇÃO CAUTELAR FISCAL.....	251
3. DO ARRESTO .....	256
4. DA AVERBAÇÃO PREMONITÓRIA.....	259

5. DA INDISPONIBILIDADE DE BENS E DIREITOS CONSTANTE NO ARTIGO 185-A DO CTN.....	261
6. DA AVERBAÇÃO PRÉ-EXECUTÓRIA .....	264
7. DA UTILIZAÇÃO DE MEDIDAS ATÍPICAS NA EXECUÇÃO FISCAL .....	267

### **Capítulo VI**

#### **CITAÇÃO DO RÉU NA EXECUÇÃO FISCAL..... 271**

*Marcos Paulo Sandri*

INTRODUÇÃO: PARTICULARIDADES DA CITAÇÃO NA EXECUÇÃO FISCAL ....	271
1. DESPACHO DO JUIZ – EFEITOS QUANTO À PRESCRIÇÃO .....	273
2. PESSOAS QUE PODEM SER CITADAS.....	279
2.1. Pessoas físicas .....	279
2.2. Pessoas jurídicas .....	280
2.3. Espólio, inventariante e administrador provisório.....	282
2.4. Sucessores.....	283
2.5. Massa falida .....	284
3. MODALIDADES DE CITAÇÃO.....	284
3.1. Citação pelo correio por carta com aviso de recebimento.....	284
3.2. Citação por mandado .....	288
3.3. Citação por edital.....	289
3.4. Citação por hora certa.....	294
3.5. Citação por meio eletrônico.....	295

### **Capítulo VII**

#### **FORMALIDADES E PROCEDIMENTO NA APRESENTAÇÃO DE BENS ..... 299**

#### **PARA GARANTIA DA EXECUÇÃO FISCAL..... 299**

*João Aurino de Melo Filho*

INTRODUÇÃO .....	299
1. ORDEM LEGAL DE PREFERÊNCIA E LIQUIDEZ COMO REQUISITOS PARA ACEITAÇÃO DE BENS OFERECIDOS À PENHORA .....	303
2. NOMEAÇÃO À PENHORA PELO EXECUTADO DE BEM LEGALMENTE IMPENHORÁVEL: POSSIBILIDADE, CONSEQUÊNCIAS E, EM CASO DE PENHORA E DESFAZIMENTO POSTERIOR, DISTRIBUIÇÃO DOS ENCARGOS SUCUMBENCIAIS.....	309

3. PENHORA DE BEM DE FAMÍLIA GRAVADO COM PRÉVIA HIPOTECA: POSSIBILIDADE, CONSEQUÊNCIAS E, EM CASO DE PENHORA E DESFAZIMENTO POSTERIOR, DISTRIBUIÇÃO DOS ENCARGOS SUCUMBENCIAIS .....	314
4. FORMALIDADES NA NOMEAÇÃO À PENHORA DE BEM IMÓVEL .....	317
5. INDICAÇÃO À PENHORA DE BEM DE TERCEIRO.....	319
6. DEPÓSITO JUDICIAL EM DINHEIRO COMO GARANTIA DA DÍVIDA.....	321
6.1. Depósito em dinheiro e prazo para oposição de embargos .....	321
6.2. Distinções entre depósito/pagamento e depósito/garantia .....	322
6.3. Procedimento normativo concreto para realização de depósito em dinheiro .....	326
7. REQUISITOS PARA ACEITAÇÃO DA FIANÇA BANCÁRIA.....	332
7.1. Fiança bancária e depósito ou penhora de dinheiro: possibilidades de substituição .....	338
7.2. Fiança e suspensão do crédito: aplicabilidade às execuções fiscais (tributárias e não tributárias) da norma do artigo 835, § 2º, do CPC/2015, que equiparou fiança bancária e seguro garantia ao depósito .....	343
7.3. Fiança bancária e parcelamento do débito .....	345
8. SEGURO GARANTIA .....	346
9. OFERTA ANTECIPADA DE GARANTIA NAS EXECUÇÕES FISCAIS PROMOVIDAS PELA PGFN .....	352

### **Capítulo VIII**

#### **PENHORA DE BENS NO PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL .....** 355

*Marcos Paulo Sandri*

INTRODUÇÃO .....	355
1. EFEITOS DA PENHORA .....	356
2. BENS PENHORÁVEIS E IMPENHORÁVEIS.....	358
2.1. Bem de família .....	369
2.2. Demais hipóteses de impenhorabilidade contempladas em leis esparsas.....	374
3. ORDEM DE PREFERÊNCIA DA PENHORA.....	374
4. PROCEDIMENTO DA PENHORA.....	379
4.1. Lavratura do auto ou termo de penhora.....	379

4.2. Intimação da penhora.....	381
4.3. Avaliação dos bens penhorados.....	384
4.4. Registro da penhora.....	386
4.5. Remoção dos bens penhorados.....	391
4.6. Substituição da penhora.....	392
4.7. Reforço da penhora.....	397
4.8. Nomeação do depositário.....	398
4.9. Liberação da penhora.....	398
5. ESPÉCIES DE PENHORA.....	400
5.1. Penhora sobre dinheiro – penhora <i>on-line</i> .....	400
5.2. Penhora sobre repasses de operadoras de cartões de crédito.....	411
5.3. Penhora sobre imóveis e veículos.....	412
5.4. Penhora no rosto dos autos.....	414
5.5. Penhora sobre o faturamento.....	415
5.6. Penhora de estabelecimento comercial, industrial ou agrícola, plantações ou edifícios em construção.....	418

## **Capítulo IX**

### **FRAUDE À EXECUÇÃO ..... 419**

*Marilei Fortuna Godoi*

INTRODUÇÃO.....	419
1. PRESSUPOSTOS LEGAIS PARA APLICAÇÃO DA FRAUDE À EXECUÇÃO...	424
1.1. Aos créditos tributários.....	424
1.2. Aos créditos não tributários.....	426
2. DISTINÇÃO DA FRAUDE À EXECUÇÃO EM RELAÇÃO À FRAUDE CONTRA CREDORES.....	435
3. A FUNCIONALIDADE DO INSTITUTO SOB O ENFOQUE JURISPRUDENCIAL.....	439
3.1. Análise da presunção legal e do ônus da prova perante o instituto....	441
3.2. Súmula 375 do STJ: inaplicabilidade ao crédito tributário inscrito em dívida ativa.....	457
4. PROCEDIMENTO.....	461

**Capítulo X****MODIFICAÇÕES NO POLO PASSIVO DA EXECUÇÃO FISCAL: CONSEQUÊNCIAS DA FALÊNCIA, DA MORTE, DA DISSOLUÇÃO IRREGULAR DA PESSOA JURÍDICA E DA SUCESSÃO EMPRESARIAL NO PROCESSO EXECUTIVO..... 467***João Aurino de Melo Filho*

INTRODUÇÃO .....	468
1. QUESTÕES PRELIMINARES .....	468
1.1. Procedimento a ser seguido para responsabilização de um terceiro durante a tramitação do processo de execução fiscal .....	468
1.1.1. Responsabilização por decisão judicial.....	469
1.1.2. Responsabilização por decisão administrativa, inclusive, durante a tramitação das execuções fiscais da União (Lei nº 13.606/2018): o Procedimento Administrativo de Reconhecimento de Responsabilidade da PGFN .....	478
1.1.3. Responsabilização independentemente de revisão de lançamento ou processo administrativo de apuração: não incidência da Súmula nº 392 do STJ nos casos de sucessão legal objetiva.....	489
1.2. Prescrição da pretensão contra terceiros nos casos de dívidas tributárias .....	494
2. FALECIMENTO DO RÉU DURANTE O PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL.....	496
2.1. Formalidades procedimentais para imputação de responsabilidade aos sucessores <i>causa mortis</i> na execução fiscal .....	497
2.1.1. Falecimento do executado depois do ajuizamento da execução	497
2.1.2. Falecimento do executado antes do ajuizamento da execução..	498
2.1.3. Extinção da execução fiscal em razão do ajuizamento em face de devedor falecido e prescrição .....	500
2.1.4. Procedimento tópico para prosseguimento da execução .....	502
2.2. Imediato prosseguimento dos atos executórios, com penhora e expropriação de bens do <i>de cujus</i> , independentemente de procedimento de habilitação ou de penhora no rosto dos autos .....	505
2.3. Demarcação da responsabilidade dos sucessores.....	509
2.4. Inexistência de bens e prescrição intercorrente .....	510
2.5. Falecimento do Empresário Individual.....	511
3. EXECUÇÃO FISCAL EM FACE DE MASSA FALIDA.....	514

3.1. Restrições procedimentais impostas à execução fiscal em face de massa falida.....	516
3.2. Repercussões da decretação da falência nos privilégios e na própria exigibilidade do crédito fiscal (crédito principal, multa, juros e honorários/encargo legal) .....	527
3.3. Extinção do processo de falência e possibilidade de redirecionamento da execução fiscal para responsabilização dos sócios.....	542
3.4. Prescrição ordinária e intercorrente na execução fiscal em face de massa falida .....	545
4. RESPONSABILIZAÇÃO PESSOAL DOS SÓCIOS COM PODERES DE GERÊNCIA NOS CASOS DE DISSOLUÇÃO IRREGULAR DA SOCIEDADE .....	548
4.1. Inaplicabilidade, nos casos de responsabilização por dissolução irregular, do incidente de desconsideração da personalidade jurídica previsto no CPC/2015 .....	559
4.2. Possibilidade de o sócio ilidir a presunção de fraude decorrente da dissolução irregular, demonstrando não ter agido com culpa nem dolo e comprovando, ainda, que sua omissão não teve como resultado nenhum prejuízo à Fazenda Pública: atribuição ao executado do ônus da prova e responsabilidade pelos encargos da sucumbência mesmo quando vencedor em eventuais embargos .....	568
4.3. Atos que, embora denotem o interesse na dissolução social (de fato), não são aptos a suprir o procedimento formal de liquidação.....	571
4.3.1. Distrato simples e dissolução irregular.....	571
4.3.2. Mero pedido de falência sem desenvolvimento da relação processual por ausência de síndico/administrador judicial .....	573
4.4. Localização do sócio responsável pelos débitos tributários nos casos de dissolução irregular: responsabilidade pessoal dos sócios da época da dissolução, não do fato gerador.....	574
4.5. Responsabilidade pessoal do sócio na execução fiscal de dívida não tributária .....	580
4.6. Prescrição do direito de redirecionar a execução fiscal tributária contra o sócio pessoalmente responsável nos casos de dissolução irregular ..	585
4.7. Responsabilização dos sócios por fatos impositivos ocorridos antes dos atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos: interpretação do artigo 135 do CTN .....	592

4.8. Dispensa de apresentação de certidão de regularidade fiscal para registro de extinção (baixa) de pessoa jurídica e (im)possibilidade de responsabilização dos sócios: disciplina da Lei Complementar nº 147/2014.....	598
5. SUCESSÃO EMPRESARIAL: RESPONSABILIDADE DO SUCESSOR.....	610
5.1. Responsabilização pessoal dos sócios nos casos de sucessão empresarial clandestina.....	614
5.2. Diligências investigatórias, indícios e comprovação da sucessão empresarial clandestina.....	617
6. RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA DAS PESSOAS JURÍDICAS QUE ATUEM DE MODO CONJUNTO OU COORDENADO, ESTANDO REUNIDAS, OU NÃO, EM GRUPO ECONÔMICO.....	620

### **Capítulo XI**

#### **EXPROPRIAÇÃO DO BEM PENHORADO..... 641**

*Leonardo Munareto Bajerski*

INTRODUÇÃO.....	641
1. ADJUDICAÇÃO E OUTRAS FORMAS DE EXPROPRIAÇÃO DOS BENS PENHORADOS.....	642
2. ALIENAÇÃO POR INICIATIVA PARTICULAR.....	647
3. ARREMATACÃO. PROCEDIMENTO DA ARREMATACÃO.....	650
3.1. O auto de arrematação e a carta de arrematação.....	658
4. APROPRIAÇÃO DE FRUTOS E RENDIMENTOS DE EMPRESA OU DE ESTABELECIMENTOS E DE OUTROS BENS.....	659

### **Capítulo XII**

#### **SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO FISCAL ..... 661**

*Marcelo Polo*

INTRODUÇÃO.....	661
1. A SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO EM RAZÃO DA SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.....	663
1.1. O parcelamento e a moratória.....	668
1.1.1. A natureza jurídica e os requisitos.....	668
1.1.2. O parcelamento e a prescrição.....	670
1.1.3. O parcelamento do CPC.....	673

1.2.	O depósito do montante integral do tributo em juízo.....	674
1.2.1.	A operacionalização do depósito nas instituições bancárias.....	677
1.2.2.	O depósito como direito subjetivo do contribuinte: sobre o controle judicial do depósito .....	680
1.2.3.	O depósito e a constituição do crédito tributário .....	684
1.2.4.	O depósito e a denúncia espontânea.....	688
1.2.5.	O levantamento do depósito ao final da ação.....	690
1.3.	A concessão de tutela antecipada ou medida liminar em ações judiciais.....	693
1.3.1.	A extensão da causa suspensiva.....	693
1.3.2.	A constituição do crédito tributário .....	694
1.3.3.	Os efeitos próprios da decisão judicial suspensiva da exigibilidade no âmbito federal: multa de ofício e multa de mora .....	696
1.3.4.	A suspensão da exigibilidade do crédito ajuizado: construção de requisitos .....	698
1.3.4.1.	A tutela de urgência .....	700
1.3.4.2.	A tutela de evidência.....	702
2.	A SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO EM RAZÃO DE CAUSAS SUSPENSIVAS PROCESSUAIS .....	703
2.1.	A suspensão em razão da condição das partes e da sua representação em juízo.....	703
2.2.	A suspensão em razão da ilegitimidade do órgão julgador: as arguições de incompetência, impedimento e suspeição .....	706
2.3.	A suspensão em razão de convenção das partes: o negócio jurídico processual e a transação .....	708
2.4.	A suspensão em razão da não localização do devedor e de bens penhoráveis.....	710
2.4.1.	O prazo de suspensão: 1 ano .....	711
2.4.2.	A operacionalidade da suspensão: diligências que competem ao Poder Judiciário e diligências que competem à Procuradoria Fazendaia .....	715
2.5.	A suspensão em razão da frustração dos meios de expropriação judicial do bem penhorado .....	719
2.6.	A suspensão em razão de incidentes processuais, processos incidentais e processos autônomos com repercussão na execução fiscal.....	721

3. A SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO DIANTE DOS PROCEDIMENTOS CONCURSAIS: FALÊNCIA, INSOLVÊNCIA CIVIL, LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL E RECUPERAÇÃO JUDICIAL .....	724
3.1. A suspensão na falência e na insolvência civil .....	724
3.2. A suspensão na liquidação extrajudicial .....	728
3.3. A suspensão na recuperação judicial .....	734
4. O ARQUIVAMENTO DO PROCESSO EM RAZÃO DO BAIXO VALOR DO CRÉDITO EXEQUENDO .....	741
5. O PRAZO MÁXIMO DE SUSPENSÃO: AJUSTE ENTRE AS PARTES X PARCELAMENTO .....	747
6. A SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO NÃO IMPEDE A ADOÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES .....	748

### **Capítulo XIII**

## **EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO FISCAL ..... 751**

*Marcelo Polo*

INTRODUÇÃO .....	751
1. EXTINÇÃO PRÓPRIA .....	753
1.1. A satisfação voluntária .....	753
1.1.1. O pagamento .....	753
1.1.2. A transação .....	754
1.1.3. A consignação em pagamento .....	758
1.1.4. A dação em pagamento de bens imóveis .....	759
1.2. A satisfação involuntária .....	760
1.2.1. Por meio da entrega de dinheiro .....	761
1.2.2. Por meio da adjudicação .....	761
2. EXTINÇÃO IMPRÓPRIA .....	763
2.1. A decadência e a prescrição .....	764
2.1.1. A decadência e a prescrição ordinária .....	764
2.1.2. A prescrição intercorrente .....	768
2.1.2.1. Sobre a origem e a natureza do instituto .....	768
2.1.2.2. Sobre a constitucionalidade .....	773
2.1.2.3. Sobre a operacionalidade .....	776

2.1.2.4. A prescrição intercorrente para além da hipótese do art. 40, LEF .....	802
2.2. A compensação .....	808
2.2.1. A compensação de créditos tributários inscritos em dívida ativa.....	810
2.2.1.1. A compensação de precatórios .....	810
2.2.1.2. A compensação no âmbito federal: análise da compensação de débitos tributários parcelados.....	816
2.2.2. A compensação de créditos não tributários inscritos em dívida ativa.....	823
2.2.3. O meio de oposição da compensação: necessidade de mudança legislativa .....	823
2.3. A extinção pela remissão.....	824
2.4. A extinção do processo sem julgamento de mérito .....	824
2.4.1. O abandono de causa .....	824
2.4.2. A extinção pelo baixo valor do crédito exequendo .....	826
2.4.3. A extinção da execução fiscal diante do julgamento final do processo falimentar.....	830
3. A NATUREZA DA SENTENÇA EXTINTIVA DA EXECUÇÃO FISCAL E A COISA JULGADA .....	831
4. OS RECURSOS CABÍVEIS CONTRA A EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO FISCAL .....	834
4.1. Apelação.....	834
4.2. Embargos infringentes.....	835
4.3. Agravo de instrumento .....	838
4.4. Remessa necessária .....	838
5. AS CUSTAS E DESPESAS PROCESSUAIS A CARGO DA FAZENDA PÚBLICA EM CASO DE EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO FISCAL .....	840

### **Capítulo XIV**

## **DOS EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL .....** **841**

*Augusto Newton Chucri*

1. INTRODUÇÃO .....	841
2. NATUREZA JURÍDICA .....	842
3. CABIMENTO.....	843

4.	A GARANTIA DO JUÍZO. CONDIÇÃO DE PROCEDIBILIDADE DOS EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL .....	844
4.1.	Possibilidade de admissão dos Embargos em caso de penhora insuficiente.....	845
5.	TEMPESTIVIDADE DA OPOSIÇÃO.....	847
5.1.	Marco inicial da contagem do prazo para embargar .....	847
5.2.	Multiplicidade das Penhoras e o início do prazo para Embargos.....	849
5.3.	Prazo para embargar nos casos de execução por carta .....	849
5.4.	Reabertura do prazo para Embargos .....	850
5.5.	Prazo para embargar nos casos de múltiplos devedores executados ...	851
5.6.	O prazo para embargar nos casos de dispensa de apresentação de garantia.....	852
5.7.	O prazo para embargar para as empresas falidas e as alterações da Lei de Recuperações e Falências.....	853
6.	EFEITO SUSPENSIVO DOS EMBARGOS. APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA DO CPC.....	857
6.1.	Inexistência da regra na Lei de Execuções Fiscais .....	858
6.2.	Tese da não aplicação do art. 919 do CPC em virtude da sistemática da LEF .....	858
7.	A AMPLITUDE DA DISCUSSÃO EM SEDE DE EMBARGOS .....	862
7.1.	A amplitude máxima dos Embargos .....	862
7.2.	Delimitação do excesso de execução na apresentação dos embargos – art. 917, §§ 3º e 4º, do CPC.....	863
7.3.	Matérias vedadas em sede de Embargos .....	864
7.4.	Não cabimento da Reconvenção e limitação do uso das Exceções.....	867
8.	A CONCESSÃO DE LIMINAR EM EMBARGOS .....	867
9.	A POSSIBILIDADE DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU DE MEDIAÇÃO PREVISTA NO CPC .....	869
10.	A CONDENAÇÃO DAS PARTES EM HONORÁRIOS.....	870
10.1.	A Condenação da Fazenda Embargada.....	870
10.2.	A Condenação do Embargante.....	872
11.	AS PROVAS A SEREM PRODUZIDAS. A OBRIGAÇÃO DO EMBARGANTE EM PRODUZIR PROVAS .....	873
12.	A AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO AOS EMBARGOS E OS EFEITOS DA REVELIA .....	874

13. A SENTENÇA NOS EMBARGOS.....	875
13.1.Os efeitos do recurso de Apelação e o prosseguimento da execução fiscal.....	876
13.2.O cabimento dos Embargos Infringentes de Alçada contra sentença dos Embargos à Execução .....	877

### **Capítulo XV**

## **AÇÃO ANULATÓRIA DO ATO DECLARATIVO DA DÍVIDA SIMPLES E CUMULADA COM PEDIDO DE RESTITUIÇÃO DE INDÉBITO ..... 879**

*João Aurino de Melo Filho*

INTRODUÇÃO .....	879
1. AÇÃO ANULATÓRIA, AÇÃO DECLARATÓRIA E AÇÃO DE RESTITUIÇÃO DE INDÉBITO: DISTINÇÕES .....	882
2. COMPETÊNCIA .....	884
2.1. Ação anulatória proposta em vara comum e criação posterior de vara especializada em execuções fiscais.....	889
2.2. Repercussões da competência delegada (e da sua extinção) na competência para julgamento e processamento da ação anulatória.....	891
3. AÇÃO ANULATÓRIA E EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL.....	895
4. PRESCRIÇÃO .....	900
5. DEPÓSITO PREPARATÓRIO E SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO E/OU DA EXECUÇÃO FISCAL.....	903
6. PROCESSAMENTO E JULGAMENTO.....	914
6.1. Execução de sentença na ação anulatória.....	915
6.2. Eventualidade, na ação anulatória do ato declarativo da dívida, da audiência de conciliação ou de mediação prevista no CPC/2015 .....	918
7. HONORÁRIOS .....	920
7.1. Casos de dispensa e limitação de honorários nas condenações contra a Fazenda Pública .....	929
7.2. Possibilidade de fixação de honorários com base na equidade na vigência do CPC .....	942
8. “CAUTELAR DE CAUÇÃO” FISCAL E AÇÃO ANULATÓRIA COM APRESENTAÇÃO DE GARANTIA IDÔNEA: CAUÇÃO SATISFATIVA NO CPC/2015....	944

9. AÇÃO DE RESTITUIÇÃO DE INDÉBITO (AÇÃO ANULATÓRIA DO ATO DECLARATIVO DA DÍVIDA CUMULADA COM PEDIDO CONDENATÓRIO DE RESTITUIÇÃO DE VALORES PAGOS PARA SATISFAZER CRÉDITO PRE-TENSAMENTE ANULÁVEL) .....	951
9.1. Amplitude do pedido de restituição (juros e atualização monetária)...	952
9.2. Legitimidade na ação de restituição do indébito tributário .....	962
9.2.1. Legitimidade passiva .....	962
9.2.2. Legitimidade ativa .....	964
9.2.2.1. Análise da legitimidade do contribuinte de fato e do contribuinte de direito no pedido de restituição de indébito envolvendo tributos indiretos .....	966
9.2.2.2. (I)Legitimidade do responsável (substituto tributário) para pleitear a restituição de tributo suportado pelo contribuinte .....	969
9.2.2.3. Restituição de valores no caso de base de cálculo presumida superior à efetiva na substituição tributária para frente.....	973
9.3. Prescrição .....	974
9.3.1. Prescrição nos casos de lançamento por homologação.....	978
9.3.2. Prescrição nos casos de apresentação prévia de requerimento administrativo ou de pagamento motivado por decisão judicial provisória .....	982
9.3.3. Prescrição nos casos de declaração de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal.....	983
9.4. Execução do julgado .....	984
9.5. Ônus do autor de realização e apresentação do cálculo dos valores a restituir e inaplicabilidade à Fazenda Pública da conclusão proferida pelo STJ no Recurso Especial nº 1.387.248/SC.....	991
10. AÇÕES COLETIVAS: LEGITIMIDADE DAS ASSOCIAÇÕES NAS DEMANDAS TRIBUTÁRIAS ENVOLVENDO DIREITOS DOS ASSOCIADOS.....	994
10.1.Representação processual na ação tributária antiexacional proposta por associação em defesa de direitos dos associados.....	995
10.2.Execução do julgado nas ações coletivas.....	999
10.3.Honorários sucumbenciais em ações coletivas em face da Fazenda Pública: manutenção do entendimento plasmado na Súmula nº 345 do STJ.....	1001

**Capítulo XVI****EMBARGOS DE TERCEIRO EM EXECUÇÃO FISCAL..... 1005***Eduardo Rauber Gonçalves*

INTRODUÇÃO .....	1005
1. CONCEITO E NATUREZA.....	1006
2. COMPETÊNCIA .....	1007
2.1. Competência delegada (art. 109, § 3º, da CF) .....	1008
2.2. Embargos propostos por ente federal (art. 109, I, da CF) .....	1009
2.3. Juízo deprecante X juízo deprecado (art. 676, parágrafo único, do CPC) .....	1010
3. LEGITIMIDADE ATIVA .....	1011
3.1. Legitimidade do Possuidor (art. 674, § 1º, do CPC).....	1013
3.1.1. Súmula nº 84/STJ e Instrução Normativa AGU nº 05/2007 .....	1013
3.1.2. Legitimidade ativa do usucapiente.....	1015
3.2. Legitimidade do Cônjuge e do companheiro (art. 674, § 2º, I, do CPC) .....	1016
3.3. Legitimidade do Sócio Cotista .....	1022
3.4. Legitimidade do credor com garantia real (art. 674, § 2º, IV, do CPC). .....	1024
4. LEGITIMIDADE PASSIVA (ART. 677, § 4º, DO CPC) .....	1025
5. VALOR DA CAUSA.....	1025
6. PROCEDIMENTO .....	1027
6.1. Prazo para oposição dos embargos de terceiro (art. 675 do CPC).....	1027
6.2. Efeitos da propositura e provimento liminar (artigo 678 do CPC) .....	1029
6.3. Prazo para impugnação (art. 679 do CPC).....	1030
6.4. Limitação do conteúdo da contestação .....	1031
6.5. Mérito dos embargos de terceiro .....	1033
6.6. Honorários advocatícios .....	1035
7. INTERVENÇÃO DE TERCEIROS EM EXECUÇÃO FISCAL .....	1038
7.1. Assistência.....	1040

**Capítulo XVII****EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE ..... 1045***Leonardo Munareto Bajerski*

INTRODUÇÃO .....	1045
1. CONCEITO, HISTÓRICO E NATUREZA JURÍDICA DA EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE .....	1046
2. OBJETO (ALGUMAS HIPÓTESES DE CABIMENTO) .....	1048
3. PROCEDIMENTO .....	1051
4. CABIMENTO DE HONORÁRIOS: CONTRA E A FAVOR .....	1054

### **Capítulo XVIII**

## **AÇÃO DECLARATÓRIA EM MATÉRIA FISCAL..... 1061**

*Augusto Newton Chucri*

INTRODUÇÃO .....	1061
1. DISTINÇÃO ENTRE AÇÃO DECLARATÓRIA PURA E AÇÃO DECLARATÓRIA MISTA .....	1062
2. CONCEITO .....	1063
3. A AÇÃO DECLARATÓRIA E O ART. 38 DA LEI DE EXECUÇÕES FISCAIS ...	1064
4. O INTERESSE DE AGIR NAS AÇÕES DECLARATÓRIAS EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA .....	1064
4.1. A Fazenda Pública pode propor ação declaratória em matéria tributária? .....	1064
4.2. O interesse de agir do contribuinte .....	1066
4.3. A demanda declaratória apresentada após a lesão do direito .....	1067
5. LEGITIMIDADE DAS PARTES .....	1071
5.1. Legitimidade ativa .....	1071
5.2. Legitimidade passiva .....	1074
6. LANÇAMENTO PARA PREVENIR DECADÊNCIA .....	1076
7. TUTELAS PROVISÓRIAS EM AÇÃO DECLARATÓRIA .....	1078
7.1. Informação falsa de suspensão de exigibilidade nas declarações dos tributos sujeitos ao autolancamento .....	1079
8. A SENTENÇA DECLARATÓRIA .....	1083
8.1. Declaração positiva e declaração negativa .....	1083
8.2. Eficácia da sentença .....	1083
8.3. Efeito dúplice da tutela declaratória .....	1084
8.4. Os efeitos da tutela declaratória no tempo. Análise da súmula 239 do STF .....	1085

8.5. A coisa julgada sobre relações continuativas e o parecer PGFN/CRJ nº 492/11 .....	1088
8.6. Temas 881 e 885 de Repercussão Geral do STF.....	1094
9. AÇÃO DECLARATÓRIA INCIDENTAL .....	1095

### **Capítulo XIX**

#### **MANDADO DE SEGURANÇA EM MATÉRIA FISCAL..... 1097**

*João Aurino de Melo Filho, Marcelo Polo e Marilei Fortuna Godoi*

INTRODUÇÃO .....	1097
1. ASPECTOS GERAIS DO MANDADO DE SEGURANÇA .....	1098
1.1. A eficácia mandamental .....	1098
1.2. Os “privilégios” da ação mandamental.....	1099
1.3. Cabimento .....	1101
1.4. O prazo de 120 dias para impetração.....	1106
1.5. Competência .....	1107
2. MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL .....	1108
2.1. Legitimidade ativa.....	1108
2.2. Legitimidade passiva.....	1109
2.3. A participação da pessoa jurídica de Direito Público .....	1111
2.4. A liminar em mandado de segurança .....	1113
2.5. A suspensão de segurança .....	1117
2.6. Mandado de segurança e indébito tributário: pedido administrativo de restituição (impossibilidade) e reconhecimento do direito à compensação .....	1120
2.7. A sentença em mandado de segurança.....	1124
3. MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO .....	1129
3.1. Assento constitucional e legal .....	1129
3.2. Legitimidade ativa .....	1132
3.3. Direitos protegidos pelo <i>writ</i> coletivo .....	1142
3.4. A coisa julgada no <i>writ</i> coletivo .....	1144
3.5. A execução individual do julgado coletivo .....	1155